



CÂMARA MUNICIPAL DE ANASTÁCIO / MS

PRAÇA GARIBALDI DE MEDEIROS, Nº 718 FONE (0**67)3245-0530

CEP 79210.000 CNPJ: 15.465.149/0001-13

E-mail:CMANASTACIO@HOTMAIL.COM

RELATÓRIO DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO ANO DE 2022

O presente Relatório de Gestão e Financeiro 2022 contém informações de natureza orçamentária, financeira, operacional da Câmara municipal de Anastácio, colhidas ao longo do exercício.

O Relatório está organizado de forma a permitir uma visão sistêmica do desempenho administrativo, da conformidade e do desempenho dos atos de gestão praticados pelos responsáveis das diversas unidades da Câmara municipal.

Para tanto, o presente documento traz a descrição das principais ações realizadas durante o exercício de 2022, das ações em andamento e do cenário futuro.

As ações foram divididas nas seguintes áreas: gestão orçamentária e financeira.

A Câmara de Anastácio, durante o ano de 2022, implantou várias medidas no intuito de tornar a fiscalização mais efetiva e eficaz. O princípio da prestação de contas é um vetor para a Administração Pública, em todas as suas esferas organizacionais.

As informações disponibilizadas neste relatório foram consolidadas pela Diretoria Geral desta Casa de leis, a partir dos dados enviados pelas Unidades e setores Administrativos da Câmara Municipal de Anastácio.

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

1.1 Os gestores dos fundos especiais, que integram o Orçamento Geral do Município, deverão, para efeito de execução orçamentária, adotar, cada um, o quadro Demonstrativo da Receita e Despesa na Forma do Art. 2º, § 2º, inciso I, da Lei nº 4.320/64.

1.2 A mesa da Câmara e os Gestores dos Órgãos dos fundos especiais, encaminharão ao Setor de Contabilidade do Município, até o dia 15 (quinze) de cada mês subsequente, os balancetes mensais, para fins de incorporação e consolidação ao sistema central de contabilidade, com vistas ao atendimento do que dispõem os artigos 50 e 52 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

1.3 A Lei nº 1.241, de 16 de dezembro de 2021. *Estima Receita e Fixa a Despesa do Município de Anastacio-MS, para o Exercício Financeiro de 2022 e Outras Providências.*

RECEITA:

1.4 No Exercício de 2022 foram previstos um montante orçada na receita do legislativo no valor de R\$ 3.620.000,00 (três milhões, seiscentos e vinte mil reais), em 03 de janeiro de 2022, através de decreto, foi feita uma correção, pois o valor calculado pela legislação era maior, havendo o acréscimo de R\$ 566.527,86 (quinhentos sessenta e seis mil e quinhentos e vinte sete reais e oitenta e seis centavos), levando o montante da receita para o valor total de R\$ 4.206.527,88 (quatro milhões, duzentos e seis mil, quinhentos e vinte sete reais e oitenta e oito centavos).

Entretanto durante o exercício foram efetuadas transferências de dotação no valor de R\$ 491,876,42 (quatrocentos noventa e um mil e oitocentos setenta e seis reais e quarenta e dois centavos) dentro do orçamento para cobertura das despesas deste legislativo.

O REPASSE DO DUODÉCIMO:

1.5 No exercício de 2022 foi efetuada a transferência do Poder Executivo para o este Legislativo no valor de R\$ 4.206.527,88 (quatro milhões, duzentos e seis mil, quinhentos vinte e sete reais e oitenta e oito centavos).

DESPESAS:

1.6 No exercício de 2022, foram fixada montante de despesas executadas deste Legislativo o valor de R\$ 4.206.042,58 (quatro milhões, duzentos e seis mil, quarenta e dois reais e cinquenta e oito centavos) outras despesas extraordinária R\$ 485,30 (quatrocentos oitenta e cinco reais e trinta centavos) totalizando o montante da despesas R\$ 4.206.527,88 (Quatro milhões duzentos e seis mil, quinhentos vinte e sete reais e oitenta oito centavos) As despesas foram efetuadas para custeio da Manutenção e Desenvolvimento desta Casa de Lei

DESPESAS COM PESSOAL:

1.7 No limite máximo de 6% (seis por cento) conforme os incisos I, II, III, art. 20 da LRF. Tendo as despesas executada no valor de R\$ 2.889.347,34 (dois milhões, oitocentos e oito e nove mil e trezentos quarenta e sete reais e trinta e quatro centavos). Foi executado um limite com pessoal no exercício de 2,78% (dois, oitenta e cinco por cento) das normas previstas na LEI LRF.

GESTÃO FINANCEIRA:

1.8 Os registros das operações financeiras e patrimoniais foram procedidos na forma dos artigos 86 a 98 da Lei 4.320/64 e também de conformidade com o inciso II do art. 50 da Lei Complementar nº 101/2000, ou seja, pelo Regime de Caixa e foram acompanhados e processados em conformidade com SICOM, para atender às exigências do Tribunal de Contas MS.

O registro das operações financeiras obedece ao seguinte critério:

A transferência mensal da Prefeitura para a Câmara, devida no valor de R\$ 350.543,99 (trezentos e cinquenta mil e quinhentos quarenta e três reais e noventa e nove centavos), referente ao duodécimo do valor apurado no Balancete de Receita do Poder Executivo Municipal, é registrada sob Código 11.3.05.00.00 (transferências financeiras recebidas pela Câmara Municipal, em contrapartida com a conta Caixa Econômica, sendo registrada, na Prefeitura.

As despesas foram empenhadas, e processadas e pagas e registradas em contrapartida com a conta Caixa Econômica.

Os descontos para Previdência ou Imposto de Renda foram registrados como Receitas Extrata Orçamentária, a crédito do órgão respectivos:

- Os descontos para a Previdência, em favor do INSS – Instituto Nacional do seguro Social.

- OS Descontos de imposto de Renda foram repassados à prefeitura mensalmente.

- Há um rigoroso controle de gastos, entre o Ordenador de Despesas, servidores e responsáveis pelo Controle Interno, de modo a se preservar o Erário.

GESTÃO PATRIMONIAL:

Em atendimento ao disposto nos Art. 94 a 96 da Lei 4.320/64, os bens adquiridos são registrados sinteticamente como Equipamentos e Material permanente.

- São mantidas sob rigoroso controle os bens patrimoniais através de plaquetas e arquivos (computador). Cada bens patrimoniais possui sua respectiva plaqueta de identificação, contendo o timbre da Câmara Municipal e o número do bem patrimonial, em local visível e fácil acesso.

Conclusão:

- Verificamos eficientes e eficazes os resultados referentes à Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial, tendo em vista que o Legislativo efetuou Planejamento de sua atividade financeira. O controle interno recomenda acompanhamento dos repasses e duodécimo do Legislativo, para garantir sua regularidade

- Em nossa opinião, os registros e documentos examinados estão traduzidos adequadamente a execução orçamentária, financeira e patrimonial desta casa de Lei, obedecendo as normas previstas na

Lei 4.320/64.

- Desta forma e pelo exposto é o que tenho a relatar.

Atenciosamente.



Joel da Costa Fonseca
Dir. Dept. Contabilidade
CRC MS 5.129